

ARTIGO

ECOS DO LUSO-TROPICALISMO: A PRESENÇA  
DO PENSAMENTO DE GILBERTO FREYRE NO  
DISCURSO DA LUSOFONIA

Resumo

Nas décadas de 1980 e 1990, em Portugal, procurou-se construir uma espécie de consenso nacional em torno da ideia da lusofonia, uma releitura, em novos parâmetros, do discurso secular da originalidade da cultura portuguesa e das marcas que ela deixou no mundo, a partir das grandes navegações dos séculos XV e XVI. Para legitimar tal ideia, amplos setores das elites culturais e políticas lusitanas procuraram em experiências passadas ou em escritos de intelectuais e pensadores portugueses e estrangeiros as bases discursivas que lhe dessem sustentação. Dentre esses pensadores, destaca-se o brasileiro Gilberto Freyre, com as suas teses sobre o lusotropicalismo e sobre a especificidade do “modo português de estar no mundo”, que se acabariam se tornando o principal arcabouço intelectual da lusofonia, ao serem ressignificadas em um contexto pós-colonial.

Palavras-chave:

Lusofonia, lusotropicalismo, Gilberto Freyre, CPLP.

Abstract

*In the 1980's and 1990's, in Portugal, was sought to build a kind of "national consensus" around the idea of "lusofonia" – a rereading, in new parameters, of the secular discourse of the originality of the Portuguese culture and of the marks that it left on the world, through the great voyages of the 15th and 16th Centuries. To legitimize this idea, broad sectors of the Lusitanian cultural and political elites sought on passed experiences or writings of Portuguese and foreign intellectuals and thinkers discursive bases to give him support. Among these thinkers, one of the most important was the Brazilian Gilberto Freyre, with his theses on the lusotropicalism and (about) the specificity of the "Portuguese way of being in the world", which would eventually become the main intellectual framework of "lusofonia", after being re-signified in a post-colonial context.*

Keywords:

*Lusofonia, lusotropicalism, Gilberto Freyre, Community of Portuguese-speaking Countries.*

## Introdução

Em 1998, o então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e o ex-presidente de Portugal, Mário Soares, publicaram “O mundo em português”, livro que registra uma série de conversas informais entre os dois chefes de Estado, amigos de longa data, sobre temas diversos. Em determinada altura, Cardoso e Soares começam a trocar ideias sobre a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e o mundo lusófono e ao ser provocado por seu colega português a falar sobre Gilberto Freyre e o luso-tropicalismo, Fernando Henrique afirma que:

Na especificidade cultural brasileira, há uma parte que é também portuguesa: a plasticidade, a capacidade de absorção de fatores culturais exógenos. Por que digo isso? Por causa do livro de Gilberto Freyre, “O mundo que o português criou”, que talvez, como já dissemos, tenha sido mal percebido na época por causa da proximidade de Freyre com o regime salazarista. Mas, a despeito disso tudo, mostra que o português criou um mundo diferente. Claro que há um pouco de ideologia conservadora, sabemos que há. Mas há na cultura lusa uma percepção do “outro” e a capacidade de aceitar o “outro” (CARDOSO e SOARES, 1998, p.309-310).

Em várias outras ocasiões, Mário Soares também demonstraria o seu interesse e o seu apreço pela obra do sociólogo pernambucano. Uma delas é narrada pelo Embaixador Alberto da Costa e Silva no prefácio à 3ª edição de “Aventura e Rotina”. Segundo ele, numa das viagens oficiais do então presidente português ao Brasil, ele teria feito questão de se encontrar com Gilberto Freyre, a quem sempre combatera por suas ligações com o regime salazarista:

O primeiro gesto de reconciliação veio de Mário Soares, quando de uma de suas visitas presidenciais ao Brasil. Eu o acompanhava, na qualidade de embaixador em Lisboa. Ao organizar-se o programa, ele insistiu: “No Recife, quero ir a Apipucos, homenagear Gilberto Freyre. Já é tempo de fazermos as pazes com quem é um dos maiores escritores de nossa língua e tanto ama Portugal”. E lá foi abraçá-lo, num encontro em que estávamos todos comovidos (SILVA, 2001, p. 14).

O filósofo e cientista político pernambucano, Vamireh Chacon, em “O futuro político da lusofonia”, obra publicada somente em Portugal, também registra episódio similar:

Mas o próprio Mário Soares, em entrevista ao Jornal de Brasília, de 30 de janeiro de 2000, durante uma visita ao Brasil, declarou, com palavras merecedoras de transcrição na íntegra, ter encontrado casualmente Gilberto Freyre em Lisboa e haver-lhe pessoalmente declarado: “Li seus livros. Agora, não lhe perdoe. Desculpe que lhe diga, o senhor ter apoiado Salazar. Um homem da sua categorial”. Em seguida Mário Soares reconhece: “Agora, passados os anos e lendo novamente Gilberto Freyre, abstraindo Salazar e as

guerras coloniais, aquilo que ele disse é verdadeiro. Aquilo que ele disse sobre luso-tropicalismo é verdadeiro, é uma cultura própria e temos que desenvolvê-la no futuro” (CHACON, 2002, p. 49).

É interessante notar que tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Mário Soares haviam sido ferozes críticos do pensamento freyriano algumas décadas antes. O primeiro como um dos mais destacados representantes da chamada escola paulista de sociologia, que criticava o caráter conservador das ideias do pensador pernambucano, identificando-as com a nostalgia de uma sociedade patriarcal e pré-moderna e com a apologia às elites latifundiárias que impediam o progresso e a emancipação econômica e social do Brasil. O segundo, na condição de principal líder da esquerda democrática portuguesa, no período em que o luso-tropicalismo havia se tornado a ideologia oficial do regime salazarista e a justificativa teórica para o decadente colonialismo luso. Como explicar então essa mudança de posição?

Para compreendermos isto, é necessário que retornemos aos anos 80 e 90 do século passado quando começou a ganhar força, principalmente em Portugal, a ideia de lusofonia. Tal ideia serviria de base para a formação da CPLP, organização internacional criada oficialmente em 1996, em uma cimeira realizada em Lisboa, com a presença de chefes de Estado e de governo dos sete Estados independentes que, naquele momento, adotavam o português como língua oficial<sup>1</sup>.

### *A construção da ideia da lusofonia em Portugal*

Nos primeiros anos após a Revolução dos Cravos (1974), que pôs fim a uma das mais longas ditaduras da história europeia, e a subsequente dissolução do império português (1974-75), a sociedade lusa pareceu querer esquecer o seu passado de nação colonial e voltou-se quase que inteiramente para o processo de integração à Europa que então se iniciava. Assim, foi somente no final da década de 1980, com o “sonho europeu” já concretizado, que Portugal ensaiou o retorno a uma “política atlântica”, a partir de novos parâmetros, procurando então estabelecer com suas ex-colônias uma nova relação baseada na língua, na civilização e na cultura. Retomava-

---

<sup>1</sup> Os membros fundadores da CPLP são Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Em 2002, após sua independência em relação à Indonésia, o Timor Leste foi aceito como oitavo membro pleno e, em 2014, a organização ganhou o seu nono membro, a Guiné Equatorial, que adotou o português como uma de suas línguas oficiais em 2007, utilizando como argumento a presença de línguas crioulas derivadas do português em algumas regiões de seu território.

se, desta forma, a antiga ideia de constituição de um espaço comunitário luso-afro-brasileiro, que integrasse o “mundo que o português criou”<sup>2</sup>.

Esta política de articulação do mundo lusófono e de fortalecimento da língua portuguesa – a partir do discurso da “herança cultural comum” – atendia a um objetivo estratégico de consolidar a língua portuguesa como uma das línguas mundiais da cultura, impedindo que o castelhano se impusesse, assim, como o único representante da cultura ibérica. Esta releitura da velha rivalidade com a Espanha e do medo de ser absorvido, de alguma forma, pela vizinha mais poderosa apareceu, com certa intensidade, nesse período em que a integração à União Europeia caminhava a passos largos. Adriano Moreira<sup>3</sup>, por exemplo, um dos principais protagonistas dos debates intelectuais sobre tais questões, afirma que a língua deve ser avaliada como um “elemento fundamental do patrimônio imaterial português”, por isto se tratar,

[...] da parcela portuguesa de um problema europeu, da Europa em evolução institucional, composta de Estados-nações cada um deles correspondendo a um espaço público com história, procurando uma identidade que se articula com a identidade das dezenas de patrimônios imateriais em que se apoia o projeto da unidade política europeia (MOREIRA, 2010, p.161).

Há que se ressaltar, também, que a ideia de uma comunidade de países de língua portuguesa como a tradução política do “espaço da lusofonia” – entendido como o espaço formado por “todos os portos tocados pelos portugueses, nos quais a língua foi disseminada”, a partir da expansão marítima dos séculos XV e XVI, e aonde “os sujeitos são identitários de uma cultura ibérica que, em maior ou menor grau, formou a cidadania do Estado-nação” (FAULSTICH, 2001, p.118) – encontra suas raízes mais profundas em um conjunto de mitos políticos bastante presente no imaginário social português. Dentre estes, os mais recorrentes são o do “Quinto Império” de inspiração sebastianista<sup>4</sup> e o do “destino imperial”, que tinha na ideia

---

2 A ideia da criação de uma “Comunidade Lusófona” (ou “Comunidade Lusíada”) remonta, pelo menos aos anos 50 do século XX, aparecendo – com maior ou menor intensidade – nas obras de intelectuais brasileiros e portugueses de diversos matizes ideológicos como Gilberto Freyre, Joaquim Barradas de Carvalho, Adriano Moreira, Agostinho da Silva e Darcy Ribeiro. O então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, em uma entrevista ao jornal português *Diário de Notícias* (12 de julho de 1995) também faz referência a Sílvio Romero (1851-1914) como um dos precursores da ideia dessa Comunidade, já na primeira década do século passado.

3 Político, Jurista e Cientista Político português. Foi Ministro do Ultramar (1961-1963) e era considerado um dos representantes da “ala liberal” do salazarismo. Destacou-se como um grande entusiasta do pensamento de Gilberto Freyre e um dos principais divulgadores da obra do sociólogo pernambucano em Portugal. Ainda hoje, é um dos principais acadêmicos portugueses nas áreas de Ciência Política, Estudos Estratégicos e Relações Internacionais.

4 A crença no advento do “Quinto Império” está habitualmente relacionada ao sebastianismo e se tornou um dos mitos-fundadores da nacionalidade portuguesa. D. Sebastião, último rei da Dinastia de Avis,

da “herança sagrada” – a crença de que a manutenção dos territórios ultramarinos era um imperativo histórico, já que os mesmos eram o testemunho da grandeza da nação e a sua perda significaria a perda da própria essência da nacionalidade (ALEXANDRE, 2000: 220) – um de seus principais pilares. Neste sentido, as ideias de “nação portuguesa” e “império colonial” seriam indissociáveis.

Foi desta forma, que, a partir dos últimos anos da década de 1980, construiu-se em Portugal um quase consenso em torno da ideia da lusofonia, que obteve entusiastas de quase todas as matizes do espectro político-ideológico:

É neste momento que se concretiza a CPLP: num processo de reconhecer uma história que, evidentemente percorre outros territórios e continentes, mas, sobretudo, num processo marcado pelo **esquecimento** (como aquele da construção das nações) e pelo ressurgimento de um conjunto de **mitos** que procuram aferir uma **singularidade** lusitana nos trópicos marcada pela ausência de racismo, pela generosidade, pela assimilação e pela “identidade” entre os portugueses e aqueles que foram objeto da expansão colonial (THOMAZ, 2002: 57).

Assim, foi nesse período que as ideias freyrianas começaram a ser resgatadas, recebendo novas leituras e adquirindo novos significados. Com o fim da ditadura civil-militar brasileira - que teve no sociólogo pernambucano um de seus apoiadores - e do colonialismo português na África, processo análogo ocorreu no Brasil, nos EUA e no restante da Europa. Se antes, durante o período das lutas de libertação nacional das antigas colônias portuguesas, o luso-tropicalismo era violentamente questionado e as ideias de Freyre, em sua totalidade, criticadas e marginalizadas nos círculos acadêmicos como socialmente conservadoras e defensoras da manutenção de privilégios, a partir do final da década de 1980, a contribuição do sociólogo pernambucano para o desenvolvimento das Ciências Sociais voltou a ser valorizada

---

morreu em 1578 na lendária batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos, lutando contra os mouros. Como decorrência desta tragédia, Portugal perde a sua independência e passa a integrar o Império de Felipe II, da Espanha, com a concretização da chamada “União Ibérica” (1580-1640). A partir daí se constrói a crença – que repercute tanto nas classes populares, quanto entre a elite letrada - no retorno do rei desaparecido que iria restaurar a independência e a grandeza de Portugal. Esta crença resulta de um amálgama de tradições messiânicas de cunho judaico – presentes nas “Trovas” do Bandarra, o sapateiro judeu de Trancoso, considerado o “profeta” do sebastianismo - com o pensamento milenarista de Joaquim de Fiore, monge calabrés, que viveu no século XII e que escreveu sobre os três períodos da História da Humanidade: a “Idade do Pai”, a época da lei mosaica anterior a Cristo; a “Idade do Filho”, o tempo do evangelho marcado pela vinda de Jesus; e a “Idade do Espírito Santo”, que estaria próxima e marcaria o triunfo da “inteligência espiritual”. No século XVII, o padre jesuíta Antonio Vieira sistematizou essas crenças em sua “História do Futuro” afirmando que Portugal fora destinado por Deus a comandar o “Quinto Império” universal e cristão – identificável com a “Idade do Espírito Santo” joaquimista – que sucederia os quatro grandes Impérios da antiguidade: egípcio, assírio, persa e romano e o seu advento se daria com a volta do Rei D. Sebastião. Sobre este tema ver o excelente trabalho de Jacqueline Hermann, *No Reino do Desejado: A Construção do Sebastianismo em Portugal – Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

e ele passa a ser visto, inclusive, como um dos precursores da chamada “História das Mentalidades”<sup>5</sup>, tão em voga naquela década.

### *Gilberto Freyre e o luso-tropicalismo*

Entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952, a convite de Sarmento Rodrigues, Ministro do Ultramar português, Gilberto Freyre realizou uma longa viagem por Portugal e por suas possessões coloniais africanas e asiáticas, da qual surgiram dois livros publicados em 1953: “Aventura e Rotina” e “Um Brasileiro em Terras Portuguesas”. Nelas, o sociólogo pernambucano lançaria as bases do que considerava ser uma nova ciência, a luso-tropicologia, aprofundando reflexões feitas em algumas de suas obras anteriores, notadamente em “O mundo que o português criou” (1940).

De forma sintética, para Freyre, a colonização portuguesa seria um exemplo de colonização bem-sucedida devido ao alto grau de adaptabilidade do português ao trópico, visto que ele, ao invés de deseuropeizar-se, teria se transformado em um “intermediário” entre os trópicos e a Europa. Ou seja, o português teria se “tropicalizado” sem deixar de ser europeu.

Já na introdução de *Casa-grande e Senzala*, ele afirmava que o sucesso do português nos trópicos deveu-se a alguns traços que ele traria consigo como a ausência de orgulho racial, a versatilidade, o pragmatismo, um caráter contemporizador e uma propensão à miscigenação que, de certa forma, originar-se-ia no passado étnico e cultural português, de povo indefinido entre a Europa e a África, e que se formou pela miscigenação de vários outros povos – celtas, romanos, visigodos, fenícios, judeus e árabes.

Na concepção luso-tropicalista, o mundo “criado” pelos portugueses - que engloba vastos territórios nos cinco continentes – constituir-se-ia em uma unidade de sentimentos e cultura, onde a miscigenação seria o símbolo de uma forte tendência à “democratização social”. Sob este prisma, para Freyre, “o amor do homem pela mulher e do pai pelos filhos, acima dos preconceitos de cor, de raça e de classe,

---

5 Na perspectiva de reavaliação da obra freyriana, que tem ocorrido no Brasil e no exterior nos últimos anos, destacam-se os seguintes trabalhos de: CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre: Uma Biografia Intelectual*. Recife/São Paulo, Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana/Ed. Nacional, 1993, onde o autor, velho defensor das ideias do sociólogo pernambucano, traça um amplo painel sobre sua obra; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, que faz uma excelente análise do pensamento freyriano e PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um Vitoriano nos Trópicos*. São Paulo, Ed. da UNESP, 2005, que traça uma biografia intelectual da juventude de Freyre buscando rastrear as influências presentes em sua obra.

conferiu à mestiçagem, nas áreas de colonização lusitana, um pendor mais humano e mais cristão, tendo permitido uma intensa mobilidade e adoçado as durezas do sistema de trabalho escravo” (CASTELO, 2000, p. 85). Neste sentido, haveria uma “escravidão à portuguesa”, com características distintas daquela praticada por britânicos, belgas ou franceses:

Escravidão de estilo português que foi um prolongamento do estilo maometano: o de associar o cativo à cultura dominante em vez de utilizá-lo apenas economicamente. A de torná-lo por vezes português e não apenas subportuguês: ou africano ou asiático ou americano a serviço do português. Daí a naturalidade com que o preto assimilado – ou apenas em começo de assimilação – diz-se, em terra portuguesa, português e não bântu ou mandinga ou iorubano. Português é o que ele é e se sente. E, sendo português, não se revolta tanto contra Portugal como o preto das colônias inglesas contra o inglês. O do Congo Belga contra os belgas, o da África do Sul contra os “boers”, até mesmo os indígenas de colônias francesas contra a França (FREYRE, 2001, p. 363).

Logo, nesse universo cultural, a língua portuguesa seria o elemento identitário fundamental, através do qual as populações das terras colonizadas pelos portugueses se exprimiriam em toda a plenitude, ainda que, nas décadas de 1950 e 1960, os demais povos afro-asiáticos já tivessem iniciado a luta pela descolonização e pelo rompimento definitivo dos laços que os ligavam às metrópoles europeias:

Uma língua de tal amplitude não pode deixar de ser a expressão de vasta cultura transnacional. Não pode deixar de ser o veículo da civilização que denomino luso-tropical, para a distinguir daquelas que são apenas projeções imperiais de Estado, ou de nações européias nos trópicos ou no Oriente. Para estas já não há futuro nem perspectivas. O imperialismo europeu já não encontra nos trópicos, populações inermes dispostas a ser dominadas e exploradas por brancos que se supõem superiores a gentes de cor [...] O tempo é das populações de cor e da afirmação ou da restauração dos seus valores da cultura. O português, por ter sabido sempre ligar a estes valores os da Europa, ao sangue das mulheres de cor seu sangue de brancos desde a Europa misturados a mouros, judeus, berberes, criou culturas luso-tropicais [...] Daí o amor com que a língua portuguesa é falada nos trópicos por pretos, pardos, amarelos, vermelhos, morenos que nessa língua exprimem seus sentimentos mais íntimos e não apenas suas ideias convencionais (FREYRE, 1953, p. 141-142).

Assim, em meio àquele agitado período que se seguiu ao término da Segunda Grande Guerra, em que as antigas colônias europeias viviam um momento de intensa efervescência política, Gilberto Freyre enfatizava a especificidade da colonização portuguesa, que teria estabelecido relações com os “povos de cor” distintas daquelas estabelecidas pelas demais metrópoles europeias. Assim, apesar dessa conjuntura turbulenta, o colonizador português estaria:

[...] apto para começar a colher o que semeou tão amorosa e às vezes tão boemiamente, mais através de suas aventuras que de política calculada ou sistemática – de “sistema” que

se possa rigorosamente chamar de “sistema português” de colonização – no Oriente, na África, na América, nas ilhas do Atlântico. De modo que, enquanto ingleses e holandeses, calculistas e metódicos, tendo semeado ventos de furor, e ao mesmo tempo de sistemática imperial por esses mesmos espaços, colhem hoje tempestades na Ásia e na África, o português é no Oriente, em Moçambique, na Angola, na Guiné, em São Tomé, em Cabo Verde, na América, menos um povo imperialmente europeu que uma gente já ligada pelo sangue, pela cultura e pela vida a povos mestiços e extra-europeus (FREYRE, 1953, p. 25).

Não é de se estranhar, portanto, que tenha sido justamente na década de 1950, quando as pressões internacionais pela descolonização começam a isolar politicamente Portugal, que o Estado português começa a se apropriar de algumas das ideias centrais do luso-tropicalismo, transformando-o em na ideologia oficial do colonialismo luso. Neste sentido, a propaganda salazarista foi bastante eficiente em propagá-la dentro e fora de Portugal, fazendo com que mesmo setores envolvidos com a luta anticolonial assimilassem-na

Isto fica claro em um episódio ocorrido com Amílcar Cabral, principal líder do Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que, ao participar da Conferência Pan Africana de Túnis (1960), ouviu de outro delegado presente ao encontro, a afirmação de que com eles a situação era diferente, pois “estavam bem com os portugueses” (MACQUEEN, 1998, p. 32). Portanto, pode-se dizer que o luso-tropicalismo forneceu ao regime salazarista “uma doutrina que o justificava, arrimando cientificamente alguns de seus mais caros pressupostos e fornecendo-lhe a inspiração para outros tantos”, ajudando assim na tentativa de contenção dos Movimentos de Libertação Nacional na África Portuguesa (LEME, 2011, p. 148).

Mas não foi somente entre os próceres do regime salazarista que as ideias freyrianas tiveram repercussão: muitas delas também encontraram eco entre os setores progressistas que faziam oposição ao Estado Novo português. Não se pode esquecer que Gilberto Freyre, desde a década de 1930, mantinha intensas relações pessoais e intelectuais com nomes de destaque da intelectualidade progressista portuguesa como Jaime Cortesão, Agostinho da Silva e António Sérgio, tendo este último, inclusive, prefaciado “O mundo que o português criou”. Pode-se dizer que, em essência, tais setores concordavam com os princípios básicos do pensamento freyriano, em seu viés cultural, mas distanciavam-se do uso político que dele era feito pela ditadura estadonovista. Nas palavras de Mário Soares, em discurso proferido em Recife, em 1987:

Essa teoria [o luso-tropicalismo] foi mal aproveitada no tempo do antigo regime, mas, justamente eu quis demonstrar que a obra de Gilberto Freyre era admirada por Portugal, não

só por aqueles que eram partidários do colonialismo, como pelo Portugal livre, moderno e democrático que eu represento (*apud* CASTELO, 1999, p.14).

Portanto, nos anos 80 e 90 do século passado, quando se estruturaram e ganharam força em Portugal o discurso da lusofonia e a ideia do “retorno ao Atlântico”, não foi tarefa difícil despir o pensamento do sociólogo pernambucano da carga negativa que lhe havia sido dada pelo Estado Novo. O luso-tropicalismo havia penetrado de tal forma no imaginário político e cultural português, que teve forças para superar as diferenças político-partidárias e ideológicas existentes entre “conservadores” e “progressistas” e fez com que Freyre, no discurso lusófono oficial, fosse alçado à condição de um dos “pais-fundadores” da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que então se articulava.

### *A lusofonia e os ecos do luso-tropicalismo*

Em vários dos ensaios presentes no livro “A Nau de Ícaro” (2001), Eduardo Lourenço, um dos maiores “intérpretes” de Portugal, afirma seguidamente que o sonho da CPLP tem sido um sonho essencialmente lusitano e que a mitologia cultural lusófona – e o próprio *discurso da lusofonia* – sobre a qual se sustentaria essa Comunidade também é, acima de tudo, portuguesa. Isto porque, para os portugueses, a ideia de lusofonia estaria intimamente ligada ao processo das grandes navegações, em que Portugal “abriu as portas do mundo” para a Europa, ao mesmo tempo em que espalhou sua língua e sua cultura pelas terras onde aportou.

Neste sentido, não é tarefa difícil perceber no discurso cultural português as fortes conexões existentes entre “luso-tropicalismo” e “lusofonia”, muitas vezes de forma explícita, com esta última possibilitando, via de regra, releituras multiculturalistas das teses freyrianas:

A figura da lusofonia deriva dessa raiz luso-tropicalista, de que é, no essencial, a meu ver, uma recomposição. Num contexto pós-colonial, mas uma vez liberta do componente colonialista em que o Estado Novo português enredou o luso-tropicalismo, a figura da lusofonia convoca hoje uma comunidade transnacional com propósitos políticos culturais. O “Novo Mundo dos Trópicos”, afinal “O mundo que o português criou” [...] não concebe mais na lusofonia novas combinações de raças e de culturas que tendam, na essência, “a conservar-se lusitanas”, como o formulou o luso-tropicalismo nos anos cinquenta e sessenta”. O “Novo Mundo dos Trópicos” é convocado hoje a exprimir-se em multiculturalismos com o denominador comum de uma mesma língua (MARTINS, 2006, p.59).

O grande problema é que tais releituras não conseguem apagar as tragédias da história e a crueldade do processo de colonização. E são justamente estas feridas

ainda não cicatrizadas do colonialismo que têm contribuído sobremaneira para a posição reticente em desinteressada de alguns dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em relação à construção da CPLP:

Durante todo o período que antecedeu a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (“inocentemente” chamada por várias vezes Comunidade lusófona, lusofonia ou, pelos saudosistas do império, Comunidade lusiada), a par de posições mais esclarecidas, foram inúmeras as declarações que explícita ou camufladamente ressuscitaram o luso-tropicalismo, aparentemente sem sequer se darem conta do choque provocado em alguns de seus parceiros africanos (CONCEIÇÃO NETO, 1997, p. 329).

Tal percepção fez com que mesmo entre a intelectualidade portuguesa surgissem algumas vozes dissonantes, que procuraram quebrar o consenso nacional que se construiu em torno da ideia da lusofonia, nas últimas décadas do século XX. Dentre elas, sobressai-se a do ensaísta Alfredo Margarido<sup>6</sup>, um dos mais contundentes críticos dos ecos do colonialismo presentes no discurso lusófono e para quem a lusofonia constituir-se-ia como o principal dentre aqueles que ele denomina de os “novos mitos portugueses”. Tais mitos, que manteriam Portugal preso à ideia de um passado idílico, têm na crença no “destino imperial” e na “vocação atlântica” de Portugal os seus elementos essenciais.

Para Alfredo Margarido, o rompimento de Portugal com o Atlântico teria se dado a partir da década de 1960, momento marcado pelas guerras coloniais, pela emigração e pelo nacionalismo racista e arcaico do regime salazarista (MARGARIDO, 2000, p. 6). A *lusofonia* teria surgido, então, no contexto pós-colonial, como um novo mecanismo ideológico para retomar a antiga “política atlântica” tentando, através do discurso da “língua comum”, apagar as marcas do passado colonial e as relações ainda traumáticas com as ex-colônias. Ao mesmo tempo, por conta da ausência de uma reflexão anticolonialista em Portugal antes das independências africanas, ela supriria a necessidade de uma “ideologia explicativa” que d  sentido   existência nacional ((MARGARIDO, 2000, p. 57). Sendo assim, ele a associa – bem como o consenso nacional que se forma em torno dela - com a revitalização de uma nostalgia do império, resultante do vazio ideológico decorrente do processo de descolonização e da amputação do componente imperial da nação portuguesa.

---

6 Alfredo Margarido nasceu em 1928 e faleceu em 2010. Foi aluno da Escola de Belas-Artes do Porto, tendo chegado a fazer exposições de seus trabalhos como artista plástico. Depois de passar um bom período na África como funcionário da administração colonial, regressou a Portugal e, logo depois, seguiu para Paris, onde completou seus estudos e começ o a atuar como professor universitário. Poeta – com uma escrita próxima do surrealismo, romancista, ensa ista e crítico literário possui uma extensa produção intelectual e literária. Reconhecido como um dos mais importantes intelectuais portugueses das últimas décadas, atuou como professor universitário em Portugal, na França e no Brasil.

Tendo na “francofonia”, implementada pelos franceses, a partir de 1962, com a dissolução de seu império – a sua matriz inspiradora, a lusofonia teria sido formulada “respeitando um velho modelo de submissão cultural” (MARGARIDO, 2000, p. 15). Tal projeto estaria então ligado ao velho ideal missionário de “civilizar” os povos das colônias, só que, a partir da descolonização, o seu foco discursivo seria direcionado para a valorização da língua e da história comuns, mesmo que esta história seja a das relações entre dominadores e dominados.

No bojo das comemorações dos descobrimentos, por exemplo, haveria a percepção portuguesa – não assumida - de que o “outro” só passou a existir após o contato com os portugueses. Isto seria duramente criticado por Margarido, que desnuda esta percepção mostrando que ela oculta a outra face do “encontro”: a da invasão e da conquista dos povos nativos. Nesta perspectiva, ele discute o significado do luso-tropicalismo como ideologia justificadora do colonialismo português e a sua permanência, através da lusofonia, naquilo que ele chama de “a longa duração do espírito colonial”. Com isto, a lusofonia é por ele denunciada como sendo nada mais do que o “doce paraíso da dominação linguística que constitui agora uma arma onde se podem medir as pulsões neocolonialistas que caracterizam aqueles que não conseguiram ainda renunciar à certeza de que os africanos só podem ser inferiores” (Idem, p.71).

A partir das análises de Margarido, com as quais concordamos em grande parte, conclui-se que foi sob o espectro do, não assumido, saudosismo do império perdido, que ecoa através das releituras das teses luso-tropicalistas no contexto pós-colonial, que se estruturou o discurso da lusofonia em Portugal. Neste sentido, foi por trabalhar com questões que marcam profundamente a consciência e a imagem que a nação portuguesa tem de si mesma, como o mito da vocação ecumênica dos portugueses e o da existência de uma relação especial com os povos do ultramar (ALEXANDRE, 2000, p. 219-229), que o projeto lusófono, apesar de algumas vozes divergentes, conseguiu construir em torno de si um quase consenso nacional. No entanto, se essas são as razões, no plano simbólico, da força e da vitalidade de tal projeto em Portugal, também se constituem, ao mesmo tempo, em uma das explicações possíveis para a sua debilidade nos demais países de língua portuguesa.

### *Considerações Finais*

A constituição oficial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, em 1996, deu a impressão que iria se abrir uma nova página nas relações entre os

seus Estados-Membros. No entanto, em seus quase 20 anos de existência, essa Comunidade apresentou poucos resultados concretos em seu objetivo de aproximar os povos de língua portuguesa e de “consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, refletindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação”, conforme está colocado em sua declaração constitutiva. Assim, se por um lado, a ideia do compartilhamento de uma língua comum - traço fundamental das comunidades e espaços linguísticos – serviu de elemento catalisador para a construção dessa organização internacional, por outro, as trajetórias históricas e as escolhas distintas de seus atores, muitas vezes, bloquearam uma maior aproximação entre eles.

A consolidação do espaço comunitário passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos laços políticos entre os Estados-membros e pela ajuda econômica, pelos investimentos e pela cooperação para o desenvolvimento com os PALOP, cujo principal interesse é o estabelecimento de parcerias internacionais que lhes permitam superar o atraso econômico e buscar a resolução de seus graves problemas sociais. Neste aspecto, tivemos vários avanços nos últimos anos, principalmente a partir da retomada da “política africana” brasileira, durante o governo Lula da Silva (2003-2010), quando diversos projetos de cooperação foram assinados entre o Brasil e os países lusófonos. No entanto, cremos que a CPLP tem que ser consolidada também no plano simbólico e isto passa necessariamente pela construção de uma “mitologia cultural compartilhada” (FREIXO, 2009), sem evocações tardias do lusotropicalismo que causam desconforto em boa parte das elites políticas e intelectuais africanas, visto que a descolonização ainda é um processo bastante recente.

A grande questão é que o discurso lusófono tem sido, até agora, um discurso essencialmente português, pois foi construído fundamentalmente a partir de elementos presentes no imaginário político da nação lusitana e não, necessariamente, no dos demais povos de língua portuguesa. Portanto, não é exagero dizer que a *lusofonia* e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa são, acima de tudo, projetos políticos portugueses, com a forte marca do nacionalismo lusitano. Por conta disto, Portugal tende a considerar a ocupação da liderança da Comunidade como seu direito natural, alegando justamente ser ele a matriz cultural de todos os demais países lusófonos, além de ser o mais empenhado na difusão da língua portuguesa pelo mundo, adotando esta, inclusive, como política de Estado.

Nesse sentido, apesar da rotatividade existente na secretaria-executiva da organização entre os Estados-membros, as pretensões hegemônicas não

assumidas de Portugal estão sempre a pairar sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Assim, no momento em que está prestes a entrar em sua terceira década de existência, são esses os problemas e desafios enfrentados pela CPLP para a sua consolidação como uma organização internacional efetivamente relevante.

### *Referências*

- ALEXANDRE, Valentim. **Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: um Vitoriano nos Trópicos**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique e SOARES, Mário. **O Mundo em Português: Um Diálogo**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- CASTELO, Cláudia. **“O Modo Português de Estar no Mundo”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- CASTELO, Cláudia. “A Recepção do Luso-Tropicalismo em Portugal”. In: QUINTAS, Fátima (Org). **Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000.
- CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre: Uma Biografia Intelectual**. Recife/São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana/Ed. Nacional, 1993.
- CHACON, Vamireh. **O Futuro Político da Lusofonia**. Lisboa: Verbo, 2002.
- FAULSTICH, Enilde. **CPLP: um lugar de falas múltiplas**. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. **Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política**. Brasília: IBRI, 2001.
- FREIXO, Adriano de. **Minha Pátria é a Língua Portuguesa: a Construção da Ideia da Lusofonia em Portugal**. Rio de Janeiro, Apicuri, 2009.
- FREYRE, Gilberto. **Um Brasileiro em Terras Portuguesas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- FREYRE, Gilberto. **Aventura e Rotina**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- HERMANN, Jacqueline. **No Reino do Desejado: A Construção do Sebastianismo em Portugal – Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- LEME, Rafael C. M. **Absurdos e Milagres: um estudo sobre política externa do luso-tropicalismo (1930-1960)**. Brasília: FUNAG, 2011.
- LOURENÇO, Eduardo. **A Nau de Ícaro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- MACQUEEN, Norrie. **A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Inquérito, 1998.
- MARGARIDO, Alfredo. **A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MARTINS, Moisés de Lemos. *Lusofonia e luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa: Reflexões Lusófonas*. São Paulo, EDUC, 2006.

MOREIRA, Adriano. *O Direito Português da Língua*. Revista Brasileira, vol. 63, Fase VII, Ano XVI. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Abril-Maio-Junho 2010.

CONCEIÇÃO NETO, Maria da. *Ideologias da Colonização de Angola*. In: *Lusotopie 1997 – Lusotropicalisme: Ideologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones*. Paris: Éditions Karthala, 1997.

SILVA, Alberto da Costa e. *Notas de um companheiro de viagem*. In: FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa*. In: ALMEIDA, Miguel Vale de, BASTOS, Cristiana e FELDMAN-BIANCO, Bela (Coord.). *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*. Lisboa: ICS, 2002.